PORTARIA Nº 67/2025

Dispõe sobre a nomeação de Assessor Jurídico Comissionado e revoga a Portaria nº 066/2022.

O Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.489/2010, especialmente o art. 15.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o advogado **BRUNO VINICIUS MALAGHINI**, inscrito na OAB/PR sob o nº 63.934, para exercer o **cargo comissionado de Assessor Jurídico – CC01**, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único. Nos termos do art. 15 da Lei Municipal nº 1.489/2010, à Assessoria Jurídica compete:

I – assessorar o Chefe do Poder Executivo e os demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação;

II – opinar e auxiliar na elaboração de projetos de lei a serem encaminhados ao Poder Legislativo Municipal;

III – elaborar minutas de contratos nos quais a Municipalidade seja parte interessada;

IV – proceder à cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa;

V – atender consultas de ordem jurídica encaminhadas pelo Prefeito ou pelos órgãos da Prefeitura, emitindo pareceres a respeito.

§1º A Assessoria Jurídica, enquanto cargo comissionado, destina-se ao suporte técnico-jurídico ao Poder Executivo e às Secretarias Municipais, não se confundindo com a função de carreira prevista no cargo efetivo de advogado, quem tem atribuições diferentes, conforme Anexo da Lei Municipal nº 1.916/2018.

Art. 2º Fica revogada a **Portaria nº 066/2022** e, por consequência, exonerado da função gratificada de Assessor Jurídico o advogado concursado **RAFAEL SANTANA FRIZON**, que

permanecerá exercendo as atribuições do cargo efetivo de advogado, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.916/2018 – anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 16 de junho de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná, aos 11 de junho de 2025.

DARTAGNAN CALIXTO FRAIZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO – CARGO COMISSIONADO

Seção II
Assessoria Jurídica

Art. 15. A Assessoria Jurídica compete assessorar o Chefe do Poder Executivo e os demais órgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação; opinar e ajudar na elaboração de projetos de Lei a serem encaminhados ao Legislativo Municipal; elaborar minutas de contratos a serem firmados, nos quais a Municipalidade seja parte interessada; proceder à cobrança pelas vias judiciais e extrajudiciais da dívida ativa; atender consultas de ordem jurídica que lhes forem encaminhadas pelo Prefeito ou pelos órgãos da Prefeitura, emitindo parecer a respeito.

§ 1º A Assessoria Jurídica possui execução e controle ligado diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal e não se confunde com a função de carreira de advogado, embora possa ser exercida por este.

§ 2º A Assessoria Jurídica é integrada pelo Assessor Jurídico.